

Reflexões sobre a desigualdade que acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil

Reflections on inequality that accelerates in times of pandemic and burguese autocracy in Brazil

Reflexiones sobre la desigualdad que se acelera en tiempos de pandemia y autocracia burguesa en Brasil

Recebido: 07/08/2022 | Aceito: 16/10/2022 | Publicado: 20/10/2022

Maria Aparecida de Assunção¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2788-0023>

 <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: profaparecida@institutoprocesso.com.br

Resumo:

Esta reflexão mostra um histórico do modelo autocrático no Brasil, das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, reproduzidas ampliadamente com o aporte do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Caracterizar a questão social no quadro da crise contemporânea, repercussões no universo do trabalho no país e às políticas sociais propostas, em consonância com as diretrizes adotadas na pandemia da Covid-19, que tensionam o projeto social no país.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Autocracia. Desigualdades Sociais. Políticas Sociais na pandemia

Abstract

This reflection shows a history of the autocratic model in Brazil, of the constitutive inequalities of social relations in Brazilian society, widely reproduced with the contribution of the State through resources and public policies. To characterize the social issue in the context of the contemporary crisis, repercussions on the world of work in the country and the social policies proposed in line with the guidelines adopted in the Covid-19 pandemic, which tension the social project in the country.

Keywords: Neoliberalism. Autocracy. Social Differences. Social policies in the pandemic.

Resumen

Esta reflexión muestra una historia del modelo autocrático en Brasil, de las desigualdades constitutivas de las relaciones sociales en la sociedad brasileña, ampliamente reproducidas con la contribución del Estado a través de recursos y políticas públicas. Caracterizar la cuestión social en el contexto de la crisis

¹Possuimestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993. É pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988. É graduada em Administração pela União Educacional de Brasília (1985). Professora do Curso De Administração Pública da Faculdade Processus.

contemporánea, las repercusiones en el mundo del trabajo en el país y las políticas sociales propuestas en consonancia con los lineamientos adoptados en la pandemia de la Covid-19, que tensionan el proyecto social en el país.

Palabras clave: *Neoliberalismo. Autocracia. Diferencias Sociales. Políticas Sociales en la pandemia.*

1. Introdução

É apropriado para o momento em que se vive nesta sociedade, chamar a atenção para os limites que a sociedade brasileira impõe a uma efetiva igualdade de oportunidades para os seus diferentes grupos sociais.

Reflexões sobre o papel das iniquidades e dos privilégios na sociedade brasileira, é urgente em tempos de ascensão autocrática e condensa bem um aspecto desconcertante da sociedade brasileira.

Como explicar uma sociedade gerida num modelo autocrático? A autocracia burguesa uma forma de expansão do capitalismo, típica das sociedades periféricas, compatível com a desigualdade social, racial e regional é entender como a autocracia burguesa se realizou na sociedade brasileira ao longo de sua formação histórica, colocando em evidência ao longo dos anos as desigualdades, que não resolveriam com a modernidade dos modelos de gestão e tecnológicos, tornando a pauperização mais evidente.

Podemos dizer que neste tempo, durante e pós pandemia da Covid-19 irá desvelar desigualdades históricas nas sociedades latino-americanas e estão condenadas ao desemprego ou à vida de trabalhos temporários e degradantes, tornando a sobrevivência um enorme desafio.

As desigualdades fazem parte das relações sociais, pois determina um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de gênero, de cor, de crença, de idade, do círculo ou grupo social. Essa forma de desigualdade prejudica e limita o status social dessas pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como: acesso à educação e saúde de qualidade, direito à propriedade, direito ao trabalho, direito à moradia, ter boas condições de saneamento básico, transporte e locomoção, entre outros.

2. Revisão de literatura

2.1. Autocracia

Autocracia se refere a uma forma de governo centrada em um indivíduo, que detém todo o poder sem restrições. O termo foi utilizado inicialmente na Grécia antiga para representar generais que, por questões estratégicas, estavam autorizados a tomar decisões sozinhas, sem a necessidade de passar pela assembleia.

Esses generais recebiam a designação de autocrator, derivado do grego *autós*, que significa "por si próprio" e *kratós*, "poder", "governo".

Assim, a autocracia é uma representação de uma governação auto-centrada, que concentra todo poder político nas mãos do governante, que não recebe influências externas para a tomada de decisões. A figura desse governante passa a ser identificada diretamente com o poder.

A autocracia se fundamenta nas formas de governo autocráticas que são geralmente representadas pelos modelos de monarquia absolutista e pelas ditaduras realizadas em diversos momentos históricos na modernidade.

Tanto o monarca absolutista quanto o ditador, possuem uma relação direta entre sua vontade e a política. Assim sendo, a diferença entre os dois modelos reside na justificativa para exercício de poder do autocrata.

Na monarquia absolutista o poder do rei é justificado como um desígnio divino. A vontade do rei é a vontade de Deus.

Há uma famosa frase do Rei Luís XIV (1638-1715) que ilustra essa identificação do poder com a figura do governante autocrata: “O Estado sou eu”!

Já nas ditaduras modernas, os regimes autocráticos, surgem como resposta a conflitos sociais. A suspensão dos direitos civis e a concentração do poder é compreendida como a única medida possível para salvar a sociedade de uma ameaça (real ou hipotética).

Para Florestan Fernandes, caracterizaria a estrutura de um Estado autocrático e impediria a realização de uma democracia efetiva.

De acordo com Rosseau, a desigualdade tende a se acumular. Pensou a relação humana ideal como uma relação de igualdade, e não de hierarquia, e reconheceu na conversação entre pessoas iguais, e não na sabedoria de uma elite, a forma ideal para a tomada de decisões políticas. A pobreza e a desigualdade, em Rousseau, ganham relevância na medida em que afetam a política, era seu objetivo criar um ambiente propício ao bom e regular desenvolvimento desta condição definitiva para um sistema equitativo de justiça, alicerçado em leis que deveriam refletir a igualdade de todos os cidadãos (FLEISCHACKER, 2006).

2.2. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil

Ao falar da autocracia burguesa e democracia na Era Neoliberal nos remete ao problema das relações entre o caráter autocrático do Estado burguês no Brasil, a forma democrática atualmente vigente e as reformas neoliberais. Desde o seu nascimento, no final do século XIX, o Estado burguês assumiu no Brasil um caráter autocrático. Segundo Fernandes, tal configuração estatal é própria de sociedades de capitalismo periférico e dependente, onde uma repetição da revolução burguesa clássica tornou-se impossível, estabelecendo uma associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia ou uma dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia (FERNANDES, 1987, p. 308). Ao longo do tempo, o Estado autocrático-burguês no Brasil adotou diversas formas oscilando, a grosso modo, entre a forma democrático-liberal e a forma ditatorial. A primeira, vigente nos períodos da República Velha (1889-1930), com a mediação do coronelismo; do Governo Constitucional de Vargas (1934-1937), de modo bastante precário; da República Populista (1946-1964), com a mediação do populismo, e da chamada Nova República (1985-2007); a segunda, vigente nos períodos do Governo Provisório de Vargas (1930-1934), do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985). No entanto, em nenhuma destas conjunturas a forma dominante do Estado apresentou-se em sua pureza, ao contrário, o Estado autocrático burguês manteve seu caráter sincrético, combinando mecanismos políticos distintos, desde os democrático representativos até os mecanismos oligárquicos (privatistas, corporativistas) e fascistas (repressivos) (FERNANDES, 1987, p. 350)

As reformas neoliberais, introduzidas no país a partir de 1990, determinaram o aprofundamento do caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro. Mesmo sob a forma democrática, foram estabelecidas mudanças constitucionais que redefiniram a ossatura do Estado, estreitando seus vínculos orgânicos com os interesses do grande capital, em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

2.3. Desigualdade social no Brasil

Entre o final de 2019 e o segundo trimestre de 2020, ocorreu um grande aumento da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles no Brasil resultante da crise econômica do período, e tendo como agravante a pandemia da Covid-19. É o que aponta o estudo desenvolvido pela PUCRS, pelo Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Estes dados são correspondentes ao primeiro *Boletim – Desigualdades nas Metrópoles*, que é lançado trimestralmente.

Também coordenador do estudo, Marcelo Gomes Ribeiro, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do INCT – Observatório das Metrópoles, analisa que a trajetória da desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras na última década e apresenta três características marcantes. “Primeiro, sempre se encontrou em patamar bastante alto. Segundo, nos últimos anos, tem comportamento de elevação, sendo que essa foi ainda mais expressiva nos dois primeiros trimestres de 2020, associando a crise econômica que já se apresentava com os efeitos da pandemia. Terceiro, mesmo havendo diferenças entre os níveis de desigualdades na comparação entre as regiões metropolitanas do país, os níveis de desigualdades em todas elas estão em patamares

2.5. Pandemia e desigualdade social

A pandemia do coronavírus, além de todos os seus aspectos trágicos, realçou um traço bem característico de nossas sociedades atuais: a desigualdade. Já fruto de um crescente interesse acadêmico nas últimas décadas, a Covid-19 tornou compulsória a abordagem do tema da desigualdade por parte dos formuladores de políticas públicas.

Em recente estudo sobre a desigualdade no Brasil, PEDRO HERCULANO GUIMARÃES FERREIRA DE SOUZA ressalta que comparações internacionais confirmariam que o Brasil é o país mais desigual entre aqueles com estimativas disponíveis com base em dados tributários.

Como mostrou a revista *Radis* da Fundação Oswaldo Cruz, “a expansão da pandemia de Covid-19 pelas favelas, periferias e interiores do Brasil escancarou a perversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais, naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado”, o que representaria uma barreira às recomendações de higiene básica, distanciamento físico e permanência em casa.

A revista menciona o alerta do Conselho Nacional de Saúde – CNS sobre a necessidade de especial proteção a grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco “como as pessoas em situação de rua, com sofrimento ou transtorno mental, com deficiência, vivendo com HIV/Aids, LGBTI+, população indígena, negra, ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, artesãos, camelôs e prostitutas”. Uma das maiores preocupações é a desigualdade nas condições de saneamento e moradia frente à pandemia.

Falar da desigualdade social é falar da questão social e fundiária do Brasil, sendo que a concentração de renda perpassa a concentração de terras. Isso tem ligação com o fato mais determinante para a nossa desigualdade: O do Brasil ter sido o último a abolir a escravidão, em 1888. Até os dias atuais a questão se desdobra no reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e suas terras.

3. Análise e consideração final

A desigualdade é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do país no competitivo mercado mundial de commodities agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa internacionalização do território brasileiro mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade. Isto significa que as medidas modernizadoras anticrise, recomendadas aos países da periferia mundial, desde a década de noventa, pelos organismos multilaterais vêm redundando em uma recuperação das taxas de lucro e, simultaneamente, têm acentuado a desigualdade na maioria de nossos países. As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos.

No âmbito das políticas sociais, os sujeitos que as demandam têm sido abordados de forma supraclassista e fragmentada segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero, étnico-culturais (especialmente negros e índios) e em sua distribuição territorial, mas silenciando o seu pertencimento de classe.

O grande desafio do Brasil hoje é crescer e enfrentar o problema da desigualdade, e para isso a iniciativa começa no executivo federal - ele que dá o tom, ele que dá a norma, e nesse sentido, nós estamos perdendo tempo sim. Precisa voltar à abrir economia, fazer uma reforma tributária, colocar o governo para funcionar direito. O estado tem que deixar de fazer o que faz mal e fazer o que de fato lhe compete, que é educação pública de qualidade, saúde de qualidade, inovação tecnológica e apoio à ciência, é isso que o estado deveria estar fazendo.

4. Referências

BARBOSA, A. L. N. H. Evolução e composição do emprego no Brasil. Período 1996-2009, p. 41- 48. In: Mercado de trabalho. 50. Conjuntura e análise. Brasília: MTE/IPEA, 2012.

BOLETIM – “Desigualdade nas Metrôpoles”, estudo elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL).

BOSCHI, Renato R. e LIMA, Maria Regina S. de. “O Executivo e a construção do Estado no Brasil” In: VIANNA, Luiz W. (Org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ/ FAPERJ, p. 195- 253.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. Desestruturação do trabalho e políticas sociais. Trabalho apresentado no Seminário Política social, trabalho e democracia em questão. UnB, abril de 2009. Disponível em: Acesso em: 02/10/2012.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. Serviço Social & Sociedade, n. 112, p. 637- 671, 2012.

IANNI, O. A Questão Social. In: A idéia do Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas. “Desvendando o social do governo Lula: a construção de uma nova base de apoio” In: PAULA, João Antonio de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 143- 170.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). As ideologias da contrarreforma e o serviço social. Recife: UFPE, 2010, p. 35-68.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. (Editora Hucitec/Anpocs, 2018).

WANDERLEY, M. B. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: _____ (Org.) Metodologias do trabalho social. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2008, p. 11-17